



YOU WON'T BE DIFFERENT.

HARVARD
BUSINESS SCHOOL
Executive Education

PUBLICIDADE

Funcionalismo: audiência na Alesp discute reforma da Previdência estadual

Dois relatores especiais já rejeitaram todas as emendas de uma das propostas para mudar as aposentadorias; votação poderá ser nesta semana



2.dez.2019 às 2h00

Ouvir o texto A- A+

Laísa Dall'Agnol

SÃO PAULO Os servidores estaduais se mobilizam cada vez mais em torno da [reforma da Previdência](#). Nesta segunda-feira (2), às 14h, a categoria participa de audiência pública na Assembleia Legislativa para discutir o tema.

A audiência foi solicitada pelo deputado Campos Machado (PSB) e tem a adesão de sindicatos como CPP (Centro do Professorado Paulista) e Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), ambos de representação dos funcionários do magistério.

[Os professores já anunciaram que vão entrar em greve](#) todas as terças e nos dias em que as propostas estiverem em votação. A categoria também é contra o [novo plano de carreira do magistério](#) anunciado pelo governo.





A primeira regra de transição da reforma da Previdência é do pedágio de 50%, na qual os trabalhadores que tiverem a partir de 28 anos de contribuição (mulher) e 33 anos (homem) terão de trabalhar por metade do tempo que falta para ter o benefício Diego Padgurschi/Folhapress

A reforma da Previdência de São Paulo tramita na Alesp por meio de uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) e de um PLC (Projeto de Lei Complementar), que está em regime de urgência.

Entre as mudanças propostas, estão a elevação da alíquota de contribuição dos servidores de 11% para 14%, muito criticada pelos funcionários públicos, e o aumento da idade mínima para 62 anos (mulheres) e 65 anos (homens).

Tramitação acelerada

Na Alesp desde 13 de novembro, as proposições que devem alterar as regras para a aposentadoria e pensão dos servidores estaduais vem sofrendo críticas de parlamentares.

“O PLC chegou em regime de urgência, ou seja, a Casa tem até 45 dias para votá-lo. São prazos reduzidos, em que os deputados estão sendo apressados a avaliar essa proposta, que exige ao menos uma ampla discussão com a sociedade”, disse a deputada Mônica Seixas, da bancada ativista (PSOL).

O PLC é o texto que vem andando com mais celeridade. O presidente da Alesp, deputado Cauê Macris (PSDB), chamou, ao longo da última semana, a realização de congressos de comissões.

O presidente da Alesp, deputado Cauê Macris (PSDB), já escolheu dois relatores especiais para o PLC 80/2019 (Projeto de Lei Complementar), que rejeitaram em duas comissões todas as 151 emendas ao projeto - Alesp/Divulgação

No entanto, acabou por usar um artifício previsto no regimento interno, que é a escolha de um relator especial. Essa medida faz com o que o projeto, que já está em regime de urgência (podendo ficar no máximo dois dias em cada comissão), ande mais rápido.

O deputado escolhido por Cauê Macris, Gilmaci Santos (Republicanos), rejeitou, na CCJR (Comissão de Constituição, Justiça e Redação), todas as 151 emendas propostas ao projeto de lei complementar.

Assim, na terça (26), o PLC entrou na CAPRT (Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho), que também teve relator especial designado pelo presidente da Casa. Desta vez, o deputado Marcos Zerbini (PSDB).

O relator também rejeitou todas as 151 emendas do PLC, que, na sexta-feira (29), entrou na CFOP (Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento).

A CFOP é a última comissão antes de o projeto seguir para o plenário, onde pode receber as chamadas emendas de plenário e, então, voltar para as comissões.



[Envie sua notícia para o Agora](#)

[Erramos?](#)

comentários

[Comente*](#)

* Apenas para assinantes

Notícias relacionadas

Funcionalismo: Prefeitura de SP contratará mil professores